



XV Congresso Nacional de Medicina VI Congresso Nacional do Médico Interno

Hospitais privados querem receber internos

Num cenário em que o número de estudantes nos cursos de Medicina aumenta sem parar; em que os orientadores e vagas de formação para internato nos centros de saúde e hospitais públicos começam a rarear face a tanta procura, as instituições privadas de saúde poderão ter um papel importante a desempenhar na formação dos novos especialistas. Mas para que isso aconteça, é indispensável que certos preconceitos caiam por terra e que as relações de confiança entre grupos privados, Ordem dos Médicos e entidades do Ministério da Saúde se fortifiquem

inicialmente esperado. Em 2008, o Serviço de Pediatria conseguiu obter a idoneidade formativa concedida pela Ordem dos Médicos (OM), essencial para receber internos (foi o primeiro serviço de uma unidade privada a recebê-la). Contudo, em 2009, a porta entreaberta pela OM pareceu fechar-se. Isto porque o pedido de idoneidade formulado para o serviço de Ortopedia foi recusado. "Acabou por se gerar um *quid pro quo* com o colégio da especialidade", admite Jorge Mineiro. Segundo o director clínico do CUF

em serviços privados, entrará numa batalha perdida. Trata-se de uma questão de tempo!", avisa Jorge Mineiro. O mesmo responsável considera, aliás, que os sectores público e privado podem ser parceiros na formação médica e todos beneficiariam, em princípio, de uma maior oferta de locais de formação no mercado: "seria muito saudável a competição entre unidades de saúde. Em igualdade de circunstâncias para todas as partes, caberia ao interno escolher os serviços que melhores garantias lhe oferecessem".

formativa para a Anestesia. Na realidade, temos todas as condições reunidas e demos provas disso mesmo". De acordo com Pedro Nunes, a OM não "tem que entrar em guerras entre sector público e sector privado, apenas garantir a qualidade da formação (...) para nós, não nos interessa quem é o dono da loja ou como forma os seus médicos, desde que as condições técnicas de qualidade estejam asseguradas. Assim, esta discussão sobre a presença dos internos em unidades privadas deve ser feita, sobretudo, na esfera polí-



Jorge Mineiro, director clínico do Hospital CUF Descobertas, declara que alguns dos seus serviços clínicos estão a par de departamentos similares integrados em grandes hospitais públicos, merecendo toda a confiança para receber internos



O director clínico do Hospital da Luz José Roquette, mostrou-se no Porto revoltado com a demora na atribuição de idoneidade formativa a determinados serviços de hospitais privados

Está na ordem do dia como uma das principais preocupações para comunidade médica: a potencial massificação da formação pós-graduada, à medida que o número de alunos que saem das faculdades de Medicina aumenta e as vagas de formação escasseiam. "Vamos pugnar para que a qualidade nunca seja superada pela quantidade", afirmou no XV Congresso de Medicina o presidente do Conselho Nacional do Internato Médico (CNIM), Serafim Guimarães. Uma das respostas para manter optimizados os padrões de formação, passa pelo envolvimento do sector privado, cooperativo e social. Solução lógica, até porque muitos dos grandes hospitais detidos por grupos privados mostram vontade de trilhar esse caminho, cientes de que

uma unidade de saúde sem internos é uma instituição com pouca ou nenhuma margem de progressão científica. O Hospital CUF Descobertas é um destes exemplos. Quase a completar uma década de actividade, este hospital conseguiu recrutar para o seu corpo clínico um número significativo de especialistas na faixa etária dos 40 a 45 anos de idade, com larga experiência clínica, formativa e de gestão. "Muitos deles são tutores, ou professores universitários. Gente com garra e uma enorme vontade de fazer", explica Jorge Mineiro, o director clínico daquele hospital do grupo José de Mello Saúde. Com estas condições invejáveis, o Hospital CUF Descobertas tudo tem feito para promover a vertente formativa pós-graduada nos seus diversos departamentos médicos, mas sem o sucesso

Descobertas (que é também coordenador do Centro de Ortopedia e Traumatologia da instituição), a Ortopedia conta com 13 especialistas, observou 25 mil utentes em consulta externa e realizou 2.500 intervenções cirúrgicas no espaço de um ano. "Trata-se de um serviço que compara bem com qualquer congénere de grandes hospitais públicos", garante o especialista. Para este responsável, o Ministério da Saúde deve empenhar-se em monitorizar os serviços que reúnem condições para obter idoneidade formativa. Caso algum serviço englobado num hospital privado reúna as condições para formar internos, não existe nenhuma razão objectiva para que o MS ou a OM se oponham à colocação de internos. "Se o MS investir no adiar da formação pós-graduada

Privados aliam forças... para conquistar internos
No sentido de desenhar as melhores estratégias de persuasão e convencer terceiros de que as unidades privadas cumprem os requisitos para a formação pós-graduada, os hospitais CUF Descobertas, CUF Infante Santo e da Luz constituíram um grupo de reflexão, cujo objectivo principal é trabalhar no sentido de obter idoneidades formativas para muitos dos seus serviços clínicos, sem terem de passar pelos constrangimentos actuais. José Roquette, director clínico do Hospital da Luz, dá um exemplo do tipo de empecilhos administrativos com que os hospitais privados se confrontam no presente: "no caso do nosso hospital, andamos há seis meses às voltas, à espera de idoneidade

tica". Nesta matéria, o candidato à liderança da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, parece concordar com o actual bastonário: "no futuro, teremos com certeza internatos nos hospitais privados. A Ordem dos Médicos tem, antes de mais, de garantir a qualidade da formação. Não nos compete decidir se a formação pós-graduada é feita em unidades públicas ou privadas". Já Serafim Guimarães afirma que o CNIM nunca se pronunciou e jamais se pronunciará sobre a mais-valia de ter internos em hospitais privados, já que tal defesa extravasaria a sua área de competências: "o que nos compete fazer é definir mapas de formação. Não somos nós que definimos locais formativos. Isso é algo que compete aos poderes públicos".